

O custo dos subsídios arcados pelos consumidores por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)¹

Marina Costa ²

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo setorial que desempenha um papel importante no financiamento de diversas políticas públicas relacionadas ao setor elétrico no Brasil. Este fundo, criado para promover o equilíbrio econômico-financeiro do setor elétrico e assegurar a execução de políticas públicas, tem crescido de forma expressiva ao longo dos anos, repercutindo em alto impacto tarifário em um país em que a expansão econômica ainda enfrenta desafios e o custo da energia é elevado. O crescimento da CDE acarreta um impacto que não pode ser ignorado, com repercussões diretas para consumidores e indústrias, que já sentem o peso em suas contas.

Diante desse contexto, nos últimos 10 anos, percebe-se um crescimento substancial do orçamento da CDE dada a inserção crescente de mais subsídios custeados pelo fundo, que é pago pelos consumidores de todo o país, exceto pelos consumidores baixa renda, e levanta preocupações sobre os impactos no custo da energia, conforme a Figura 1, a seguir.

Com isso, desde 2013, o orçamento da CDE mais que dobrou, tornando essencial a fiscalização da arrecadação e o repasse dos recursos para os beneficiários adequados. Vale ressaltar que o aumento dos custos também foi impulsionado pela interrupção, após 2013, do repasse do Tesouro Nacional, que anteriormente cobria parte das despesas. Isso resultou em um aumento significativo na proporção das cotas pagas pelos consumidores nos últimos dez anos.

Os consumidores são os principais financiadores do fundo setorial que subsidia os beneficiários de baixa renda, irrigantes, geradores e consumidores de fontes renováveis, distribuidoras de pequeno porte, cooperativas de eletrificação e até mesmo produtores de carvão mineral. Cada grupo desempenha um papel estratégico na economia e no setor energético, mas o custo desses benefícios precisa ser constantemente monitorado para garantir sua sustentabilidade e eficiência.

¹ Artigo publicado no CanalEnergia. Disponível em:

<https://www.canalenergia.com.br/artigos/53296873/o-custo-dos-subsidios-arcados-pelos-consumidores-por-meio-da-conta-de-desenvolvimento-energetico-cde> Acessado em 29.11.2024

² Marina Costa Oliveira, analista de Energia da ABRACE Energia, associação que representa os grandes consumidores de energia elétrica do Brasil.

Destaca-se que o Decreto 9.642/2018 foi um importante passo na direção de reavaliar os subsídios da CDE e estabeleceu o fim desses descontos à classe rural (excluindo irrigantes e aquicultores) e de água, esgoto e saneamento, introduzindo uma redução de 20% anuais até zerar. Ou seja, encerrou-se ao final do ano passado o repasse de subsídios para tais classes.

A análise dos dados sobre concessões de subsídios pela CDE contou com um exercício detalhado realizado pela ABRACE Energia, que representa os interesses dos consumidores. Esse trabalho envolveu a aplicação de filtros sobre a base de beneficiários dos recursos da CDE, comparando os subsídios efetivamente entregues com as regras de concessão estabelecidas, com o objetivo de identificar possíveis inconsistências e irregularidades na destinação dos recursos, proporcionando um diagnóstico claro sobre o uso indevido dos subsídios.

Os resultados dessa análise revelam que, quando há concessões indevidas ou irregularidades, todo o sistema sofre um desequilíbrio que recai sobre aqueles que pagam as contas. O impacto não é abstrato – ele é sentido nas tarifas de energia que chegam às casas e às indústrias em todo o país, resultando em um custo adicional da ordem de R\$ 2,03/MWh para consumidores de alta tensão na região Sudeste e de R\$ 4,15/MWh para consumidores de baixa tensão na mesma região. Esses valores, embora possam parecer pequenos de forma isolada, representam, em escala nacional, milhões de reais repassados nas tarifas, elevando os custos para a indústria e comprometendo ainda mais o orçamento das famílias brasileiras.

Nos anos de 2022 e 2023, a fiscalização detalhada da ABRACE revelou um total de R\$ 45 milhões de inconsistências, somando R\$ 1,5 bilhão em benefícios aparentemente concedidos de maneira indevida. Esses números são alarmantes e indicam a necessidade urgente de melhorias nos mecanismos de controle e fiscalização dos beneficiários.

Atualmente, a fiscalização sobre os subsídios da CDE é limitada, concentrando-se principalmente na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), destinada a consumidores de baixa renda. Outros subsídios, como os concedidos a consumidores rurais e serviços públicos de irrigação e saneamento, não possuem um controle tão rigoroso, abrindo margem para possíveis fraudes, desvios e erros administrativos. Esse cenário gera um ciclo prejudicial, onde os custos adicionais são repassados para todos os consumidores, enquanto os recursos poderiam ser direcionados para a redução da conta de luz.

Garantir que os recursos da CDE sejam aplicados de maneira correta e transparente é uma responsabilidade que precisa ser liderada pela ANEEL, que possui o poder de conduzir essas fiscalizações com rigor e, sobretudo, de exigir a devolução dos benefícios indevidos à conta da CDE. Além da Agência, é necessário o comprometimento das empresas do setor e da sociedade em geral. Apenas com processos mais robustos de governança, tecnologia avançada de monitoramento e auditorias regulares será possível mitigar desvios e assegurar que cada centavo investido tenha um impacto positivo e justo. Essa responsabilidade implica proteger os consumidores contra aumentos tarifários desnecessários, fortalecer a competitividade da indústria e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente.

Em última análise, a CDE é um instrumento utilizado para a execução de políticas públicas no setor elétrico brasileiro, mas sua relevância só será mantida se os mecanismos de concessão e fiscalização forem continuamente aprimorados. O custo da energia é um desafio significativo para muitas famílias e empresas no Brasil, e qualquer uso indevido de recursos só agrava esse cenário. Portanto, a luta por maior transparência, eficiência e justiça no uso dos recursos da CDE deve ser uma prioridade para todos nós. Um sistema energético mais justo e transparente beneficia toda a sociedade, aliviando o peso das tarifas e fortalecendo a confiança em um setor que é vital para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.